



Revista  
Portuguesa de  
História  
Militar

Ano IV - n.º 7  
Dezembro 2024



# Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

O reinado de D. Sebastião,  
a “perda de independência” e o período Filipino



## A BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR (NOVAMENTE) REVISITADA...

Luís Costa e Sousa

### Resumo

A investigação mais recente, nomeadamente o projecto “MOVING CITY”, produziu resultados inéditos sobre a componente humana do exército do rei D. Sebastião. Com este material, juntamente com a revisitação das fontes presenciais já conhecida, propõe-se uma revisitação revisionista a um dos maiores desastres militares da história portuguesa.

**Palavras-chave:** Arte da guerra; século XVI; Marrocos; Portugal; Sádidas.

### Abstract

The most recent research, namely the “MOVING CITY” project, produced unprecedented results regarding the human component of King Sebastião’s army. With this material, together with the revisiting of already known in-person sources, it is proposed a revisionist revisitation of one of the greatest military disasters in Portuguese history.

**Keywords:** Art of War; XVI century; Morocco, Portugal; Saadian.

D. Sebastião suscitou, suscita e continuará a suscitar o interesse do público em geral, e da academia. A prova disso é a reedição recente da monografia que o historiador Queirós Velloso escreveu sobre este monarca há quase 1 século atrás. Uma das construções historiográficas é a atracção (fatal) do rei pela guerra. No ano em que ocupou o trono, 1568, tinha o jovem D. Sebastião 14 anos, deu início a um processo de reforma militar que os seus antecessores tentaram – sem êxito - realizar. Começou de forma algo discreta, com a reactivação das companhias de soldados do Porto e Lisboa (em 1568 e 1569, respectivamente), e culminou na publicação, em 1570, do *Regimento dos capitães-mores*. Esta legislação pretendia

impor o enquadramento de todos os homens válidos em companhias, e o seu treino regular.

Situação exclusiva a Portugal? Não, todos os reinos europeus passaram por processos idênticos: França, Inglaterra, e a Espanha, que como todos sabemos, foi pioneira no estabelecimento de uma nova organização militar. Desde finais do século XV até à ordenança de Génova de 1536<sup>1</sup>, os espanhóis cumpriram o objectivo que Maquiavel plasmou na sua obra *Arte Militar*: a criação de uma milícia de cidadãos *à romana*.

Voltando a Portugal. Para fazer cumprir a lei, era necessário ter oficiais conhecedores dos “novos modos na ordem da milícia”, aqueles que se “praticavam das partes de Itália e doutras, onde a guerra florescia”<sup>2</sup>. Nos documentos da época surgem informações de que o rei mandava vir “de Itália e Flandres soldados portugueses que tivessem nome, para os fazer sargentos-mores das comarcas”<sup>3</sup>: António de Oliveira, *soldado velho* que combateu no cerco de Malta e na Flandres; Vasco Giraldo, veterano da guerra de Granada, de Itália, na tomada de Tunes, militar ao serviço do Imperador Maximiliano; ou Fernão Mendes, nomeado capitão da ordenança da vila de Nisa<sup>4</sup>. O regresso de veteranos como os que mencionámos é atestado por um oficial italiano contratado para o mesmo fim, Giovanni Antonio Levo, sargento-mor do duque de Saboia<sup>5</sup> que em 1572 se encontrava em Évora a treinar os soldados da ordenança desta cidade<sup>6</sup>.

Aquilo que poderá constituir uma especificidade portuguesa é a coerência do processo que se seguiu à legislação de 1570. Em 1573, D. Sebastião dirigiu-se ao Alentejo e Algarve para verificar como corria a implementação da legislação de 1570. O cronista daquela que ficou conhecida como *jornada ao Alentejo e Algarve*, registou os efectivos inspecionados: 103 companhias, em vários *alardos* organizados nas 43 povoações visitadas. Ao mesmo tempo, o rei também tomou nota das queixas das populações, atendidas depois nas *provisões* à lei de 1570, e que foram publicadas em 1574.

---

1 QUATREFAGES, René, *La Revolución Militar Moderna. El Crisol Español*, Madrid, Ministério de Defensa, 1996.

2 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e D'el-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Europress, 1989, p. 124.

3 FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da terra*, Livro IV, Capítulo CIX, pp. 480-482.

4 Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586/82), fl. 21. Um abraço de reconhecimento ao João Nisa, que me deu a conhecer mais um documento fundamental para o conhecimento da realidade militar portuguesa no século XVI.

5 BARBERIS, Walter, *Le armi del Principe. La tradizione militare sabauda*, Turim, Biblioteca Einaudi, 2003, p. 55

6 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1958.

## África no horizonte

O inédito que consiste uma viagem desta natureza, deve-se, contudo, à intenção que se encontra por detrás destas reformas. De um modo geral, a introdução de *novos modos na ordem da milícia*, portanto a actualização do conhecimento militar, responderá a uma de duas premissas: a necessidade de defesa, ou um projecto expansionista. Eventualmente, as duas razões podem ter concorrido para as reformas militares sebásticas, porque não existem grandes dúvidas de que o rei pretendia mover a guerra... onde, isso é outra questão. Porque a primeira intervenção militar sebástica não se destinou a Marrocos.

Em 1572, o rei português preparou uma armada destinada a participar na Santa Liga, a coligação formada para combater os otomanos. Desfeita esta aliança pela morte do seu principal mentor, o papa Pio V, este potencial militar ficou disponível: 30 navios de alto bordo, 4.000 soldados, todos “homens escolhidos”<sup>7</sup>. Levantaram-se várias hipóteses sobre onde aplicar estas forças. O objectivo mais provável seria a França, mas a 13 de Setembro a armada foi devastada por um temporal. Dois anos depois, aí sim, o objectivo já é Marrocos. Na primeira *jornada a África* de 1574, tiveram lugar uma série de operações militares: um pequeno *raid* anfíbio às imediações de Tetuão, e duas batalhas campais feridas às portas de Tânger. Três outras frotas de pequena dimensão armadas em 1575 e 1576, seriam também destinadas a Marrocos.

Fazer a guerra em África não foi exclusivo de D. Sebastião. A expansão no Norte de África foi parte fundamental da história da Península Ibérica durante o século XVI. Desde logo pela mão de D. João I, rei que reúne uma simpatia generalizada da historiografia, apesar da expedição a Ceuta de 1415 conter alguns ingredientes poderiam ter resultado em desastre. Continuou com D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e, depois, com D. Sebastião. Apenas D. João III aparece fora deste quadro *cruzadístico*, facto que, aliás, lhe valeu na época tanto apoios como críticas pela “política de abandono” de várias praças marroquinas.

Como sabemos, os vizinhos ibéricos também se lançaram à conquista do outro lado do Mediterrâneo. Primeiro, no início do século XVI, sob a batuta do cardeal Cisneros. Depois, já com o expansionismo otomano no Mediterrâneo como pano de fundo, as expedições de Carlos V, dirigidas pelo imperador em pessoa. Depois, as investidas na época da regência de D. Joana, mãe de D. Sebastião; finalmente, as iniciativas levadas a cabo por Filipe II de Espanha, a última das quais, a reconquista de Trípoli de 1573, que seria novamente – e definitivamente – perdida para os Otomanos em 1574.

O recuo dos dois reinos ibéricos das posições no Norte de África, favoreceu o aumento das *razias* dos corsários *berberescos* sobre as costas da Europa, fustigadas pelos ataques de autênticas armadas. Em Portugal, os desembarques de 1549,

<sup>7</sup> O Livro de Valo. *Um tratado de re militari português do século XVI*, AVELAR, A.P., e SOUSA, L.C., coords. Coimbra, CHAM-IUC, 2023, p. 81

1554 e 1559<sup>8</sup>, este último envolvendo cerca de 1.000 corsários, demonstravam como a costa do Algarve se encontrava em grande risco. Durante o ataque de 1559 à região de Porches, verificou-se a fragilidade das defesas, nomeadamente o tempo de reacção ao ataque por parte das companhias de ordenança de “Alcantarilha, Peras e Canelas”<sup>9</sup>. Assim, atalhar a chaga do corso islâmico torna-se o principal propósito – melhor dizendo, o propósito oficial - da intervenção que o *Desejado* pretende levar a cabo em Marrocos.

E em 1574 surgiu a oportunidade. A morte de Abdallah al-Ghalib Billah no início deste ano, originou uma guerra sucessória entre o seu filho Mohammed al-Mutawakkil e o seu irmão Abd al-Malik. Este último venceu o adversário - seu sobrinho - em duas batalhas, com o apoio de um contingente de soldados provenientes de Argel<sup>10</sup>. Esta cidade, centro do tráfico de escravos no Mediterrâneo, era tributária dos turcos. Com Abd al-Malik, exilado em Istambul por longos anos, era de temer o aprofundamento da influência dos otomanos no território do Norte de África Ocidental. Assim, tomado o gosto da guerra em depois da expedição de 1574, o rei português pretendia intervir na política interna de Marrocos: vencer o novo sultão, e colocar no trono um aliado.

Em 1576, reuniu-se com o soberano espanhol para acertar os contornos de uma operação militar conjunta para a conquista do porto de Larache. Controlar a foz do rio Lucas, que protege esta cidade, havia sido objectivo de D. João II, que falhou a fundação da fortaleza da Graciosa. Diga-se que Larache continuava um objectivo válido mesmo depois de 1578. Em 1610, já depois da anexação de Portugal à coroa espanhola, o rei Filipe I conseguiu o que nem D. João II nem D. Sebastião I conseguiram: ocupou, finalmente, este conhecido ninho de corsários.

Do encontro entre os dois monarcas resultou uma colaboração muito condicionada. Filipe II, apesar de aceitar disponibilizar a ajuda pretendida, colocou condições difíceis de concretizar. A frota de 50 galés não foi enviada, e dos 5.000 soldados espanhóis veteranos prometidos, apenas 500 foram enviados em cima dos acontecimentos, já o exército marchava ao encontro do inimigo. As reticências do rei espanhol, que vista à distância mais parecem uma oposição efectiva, passaram por dificultar o levantamento de mercenários nos Países Baixos sob influência espanhola. E chegaram ao ponto de em finais de Abril de 1578, portanto nas vésperas da partida da expedição, Filipe II impediu – sob pena de

---

8 VILA-SANTA, Nuno, *o Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)*, in *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 19, 2018, p. 28.

9 SOUSA, Luís Costa, *Construir e desconstruir a guerra em Portugal (1568-1598)*, Lisboa, IUM, p. 268.

10 Sobre as campanhas militares da guerra civil, v. COOK Jr., Weston F., *The Hundred Years War for Morocco: Gunpowder and the Military Revolution in Early Modern Muslim World*, Boulder, Westview Press, 1994 e SOUSA, Luís Costa e, *Na outra margem de Alcácer Quibir: a guerra dos sáidas (1554-1613)* in “A Península Ibérica e o Norte de África (sécs. XV a XVII). História e Património”, Lisboa-Braga, CHAM-Lab2 pt, 2019, pp. 215-242.

prisão – o levantamento de soldados espanhóis na Andaluzia.

E que exército D. Sebastião pretendia levar para Marrocos?

O modelo militar espanhol serviu como referência para a generalidade da Europa do século XVI. Portugal não foi, como é natural, excepção, até pela proximidade territorial, e a estreita ligação dinástica entre as monarquias ibéricas. O sistema dos “tercios”, unidades administrativas que compreendiam um número determinado de companhias de efectivo pré-estabelecido e armamento tipificado, foi, portanto, uma escolha natural. Como sabemos pela generalidade das fontes, para além dos mercenários contratados e voluntários que chegavam, organizaram-se 4 “terços” com 3.000 soldados, distribuídos por 10 companhias de “piqueiros” e 2 de “arcabuzeiros”<sup>11</sup>.

No terreno, estas unidades convertiam-se em blocos tácticos – os chamados “esquadrões” – com uma rígida configuração geométrica, cuja organização era apreendida através dos manuais militares, uma literatura muito em voga no período da segunda metade do século XVI, e que em Portugal conheceu um surto particularmente profícuo durante o reinado de D. Sebastião<sup>12</sup>.

Já para dirigir estes grandes corpos de soldados em batalha, que podiam individualmente atingir vários milhares de homens – um dos “esquadrões” que combateu em Alcácer Quibir tinha cerca de 5.000 homens -, o caso era outro. A guerra a que os portugueses estavam habituados fazia-se com algumas centenas de soldados, poucas vezes atingindo o milhar em campo aberto. Era necessário possuir oficiais experimentados na guerra “moderna” para enquadrar os recrutas inexperientes, até porque cada um destes “terços” – a designação portuguesa para o termo espanhol “tercio” -, possuíam um corpo de oficiais pré-estabelecido, com 12 capitães, 12 sargentos e 12 alferes “abandeirados”. Sabemos que foram levantados 4 “terços de ordenança” para a expedição de 1578<sup>13</sup>, pelo que, no total, havia que contar com mais de meia-centena de capitães e sargentos. E estes eram os cargos militares estruturantes de toda a manobra táctica dos exércitos do século XVI.

A contratação de um elevado número de oficiais experimentados foi outro problema para o rei português; uma tentativa junto do duque Emanuel de Saboia, foi, provavelmente, atalhada pelo rei espanhol. Em finais de Abril de 1578, portanto nas vésperas da partida da expedição, Filipe II impediu a contratação de dois oficiais experimentados, Sancho de Ávila e Alonso de Vargas. Aparentemente, o rei português ter-se-á valido

11 QUATREFAGES, *op. cit.*

12 SOUSA; *op. cit.*

13 Os 4 terços dos coronéis Diogo Lopes de Sequeira, “coronel de Lisboa e do seu termo”; Vasco da Silveira, que levantou os seus soldados no Alentejo; Miguel de Noronha, no “termo de Santarém”; e Francisco de Távora, no Algarve. *Relação muito certa do aparato da armada para Africa o anno de 78*, ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 1113.

de capitães espanhóis, residentes em Portugal ou vindos da Andaluzia voluntariamente, e de portugueses veteranos da Flandres, embora o quadro continue muito incompleto. Mas já se conhecem os nomes de vários destes “soldados práticos”, como António de Oliveira, já referido, Vasco Giraldo, outro “capitão” referido por Gaspar Frutuoso, Martim Afonso de Melo, Diogo Álvares Correia<sup>14</sup>, que era cavaleiro da Ordem de Cristo. Da análise de vária documentação dispersa, começa a desenhar-se um quadro interessante, no qual membros desta milícia parecem ter ocupado alguns dos lugares de comando mais relevantes. É o caso de Pedro Pessoa, cavaleiro da Ordem de Cristo e, sobretudo, D. Miguel de Noronha, e Vasco da Silveira, estes últimos coronéis dos “terços” do Alentejo e de Santarém.

### A “jornada” fatal

A organização da expedição vai prolongar-se por todo o ano de 1577. Em Fevereiro, pouco mais de um mês passado sobre o encontro de Guadalupe, foram enviados para Marrocos Francisco Aldana e Diego de Torres. Aldana era um capitão experiente que havia servido o duque de Alba, enquanto Torres, alfaqueque ao serviço de D. João III, era um profundo conhecedor da região. Os dois deviam proceder ao reconhecimento das condições de Larache, tarefa crucial para o planeamento das operações de desembarque.

A partir de Maio, o rei começou a tratar de reunir os soldados necessários para a *Jornada*. Primeiro a contratação de mercenários alemães nos Países Baixos, depois de fechadas as portas do mercado europeu de influência espanhola. A partir de meados do ano, são nomeados os 4 “coronéis” encarregados de recrutar soldados no reino para outros tantos “terços de ordenanças”. São nomeados oficiais de confiança para levantar soldados, como é o caso de Pero Lopes, enviado para as *comarcas* do Norte do reino<sup>15</sup>. Estes oficiais régios vão colidir com os interesses das nobrezas locais, feridas nas suas prerrogativas. Ainda assim, os efectivos nacionais estão reunidos no início de 1578. Por esta altura, o treino dos 2.500 soldados do *terço* de Diogo Lopes de Sequeira - levantados na região de Lisboa -, estava em fase adiantada. O rei e a sua comitiva assistiam, com era hábito nos fins-de-semana, à evolução destas *13 bandeiras*. Presente na ocasião, o embaixador espanhol não pôde deixar de reconhecer que, “ya comiençan a perder el miedo al arcabus”; ainda que tenha acrescentado, “a los enemigos no asseguro que lo perderán”<sup>16</sup>; comentário desapaixionado, ou agastado pelo - aparente - êxito dos preparativos?

---

14 Tradutor do *Libro de Vallo*.

15 CRUZ, António, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Biblioteca Municipal, 1967 pp. CLXXX-CLXXXII

16 Carta de Juan da Silva para Filipe II, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa Academia Portuguesa de História, 1987, p. 450

A chegada dos mercenários alemães em finais de Maio – “na semana de Pentecostes”<sup>17</sup> -, foi o sinal de que a partida estava para breve. Ainda foi necessário quase um mês para distribuir o equipamento militar adquirido na Flandres - “12 peças de campanha, e quatro mil arcabuzes (...) vinte e cinco mil quintais de pólvora, duas mil balas de artilharia, três mil mosquetes, doze mil mechas, quatro mil e quinhentos quintais de carne, salgada, seis mil barricas de farinha, três mil quintais de queijo”, e muitas outras munições, virtualhas e apetrechos<sup>18</sup> -.



**Figura 1 - Larache, gravura de Bernardo Alderete (1614), BNE. Na esquerda da gravura (a norte), o estuário do rio Lucos**

Quais as opções para prosseguir a campanha? No conselho de guerra que teve lugar alguns dias depois da chegada, colocaram-se duas hipóteses<sup>19</sup>: ou o desembarque frente a Larache, que a falta das 50 galés prometidas por Filipe II tornava complicado; ou seguir por terra, por um de dois itinerários que seguiam as antigas pistas romanas. Uma destas pistas seguia pela costa, mas por esse lado o acesso a Larache estava protegido pela foz do rio Lucos, tornando o assalto à cidade um autêntico desembarque anfíbio. A segunda pista atravessava o interior,

17 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 80.

18 VELLOSO, Queirós, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945, p. 272.

19 O conselho de guerra onde se discutiram estas opções está descrito por Jerónimo Mendonça, *Jornada de África*, v.1, Lisboa, Escripório, 1904, pp. 40-43.

dirigindo-se para a cidade de Alcácer Quibir, antiga cidade de Oppidum Novum. Foi este o itinerário escolhido, para satisfação do próprio D. Sebastião, pois ia ao encontro do seu desejo de enfrentar o inimigo em batalha campal. Faltava chegarem os carros de bois, imprescindíveis para transportar a bagagem do exército em marcha. No dia 27, chegadas as viaturas e recuperados os respectivos animais de tracção, o exército pôs-se, finalmente, a caminho.

O início da marcha que iria durar quase uma semana foi acidentado... como o terreno que o exército iria atravessar. Tão difícil, que ao segundo dia de marcha decidiu-se regressar a Arzila e embarcar na armada, para atacar Larache como planeado. Mesmo sem as famigeradas galés espanholas. Mas era tarde. Quando o mensageiro chegou a Arzila, já as embarcações - seguindo as ordens do rei -, tinham levantado ferro. No dia seguinte, o emissário regressou ao acampamento, acompanhado pelo capitão Aldana e 500 soldados espanhóis - o contributo do aliado espanhol. E a marcha continuou.

Ao fim quase uma semana de marcha, o rei estava decidido a seguir para a costa para procurar o apoio da frota. No dia 2 de Agosto, chegaram perto do Mocazim, afluente do rio Lucos cuja foz se estende frente a Larache. Foi aqui que se avistaram, finalmente, os primeiros mouros<sup>20</sup> - “de quatro para cinco mil de cavalo”<sup>21</sup> -, que guardavam a ponte sobre o rio Mocazim. Depois de uma breve conferência com alguns fidalgos, - Cristóvão de Távora, Luís da Silva, D. Fernando de Mascarenhas, o conde de Vimioso e D. Duarte de Meneses<sup>22</sup> -, o rei decidiu que se devia enfrentar o inimigo no dia seguinte, sob pena de perder a confiança dos seus aliados marroquinos. Montou-se, depois, o acampamento no local designado por “soveral de Larache”. Nessa noite, teve lugar um longo conselho de guerra, no qual se debateram as várias opções, e o estado dos abastecimentos do exército. Foi enviado engenheiro militar Jerónimo Nunes com 15 cavaleiros para encontrar forma de vadear o rio Lucos, e, muito provavelmente - porque o rei já estava decidido a dar batalha, um vau para atravessar o rio Mocazim.

---

20 Durante o itinerário vários pequenos grupos, provavelmente importunaram o exército, mas nesta ocasião o efetivo era substancial.

21 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p.167.

22 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p.166.



**Figura 2 - O rio Mocazim, perto da ponte romana (foto Luís Costa e Sousa, 2015)**



**Figura 3 - A ponte (romana?) sobre o rio Mocazim (foto Luís Costa e Sousa, 2015)**

No dia seguinte, o exército desceu o rio até ao vau do Mocazim. Seriam 10.00 horas da manhã<sup>23</sup> quando se iniciou a travessia do leito quase seco do rio, portanto praticável para uma manobra rápida. Pouco depois, já reiniciada a marcha, alguns milhares de cavaleiros, estimados entre 10.000 a 12.000, surgiram pela retaguarda. O exército assumiu a formatura de combate. Curiosamente, foram os “terços” de Lisboa e Santarém, os que se sabe terem os recrutas menos aguerridos, que enfrentaram os inimigos. As “mangas” de atiradores dispararam várias salvas, acompanhadas por algumas peças de artilharia. Os marroquinos perdem alguns homens, mas não se empenham a fundo; o ataque é exploratório, um teste à resolução dos portugueses.

Retoma-se a marcha. Mais adiante, encontra-se o exército de Abd al-Malik, formado em ordem de batalha. Os portugueses formam para combater. Os dois campos estão à vista, na expectativa, no auge do calor: “a horas do meio-dia em ponto”<sup>24</sup>, como um cronista nos relata. Entre os portugueses, muitos advogam que se dê batalha imediatamente. Outros entendem que os homens estão cansados, pela marcha e pelo calor. São os sáidas que decidem retirar; não sem antes desfilarem pela frente do inimigo, em tom de desafio.

Os portugueses seguiram rio abaixo. O acampamento deste dia 3 de Agosto foi construído na confluência do Mocazim e Rur, aproveitando estes rios como defesas naturais. Os lados abertos foram protegidos com uma trincheira, reforçada com os carros de transporte. Nesta posição quase inexpugnável, os soldados passaram a noite antes da batalha. Tiveram um festim pouco habitual, proporcionado pela carne dos animais da “boiada”, distribuídos à razão de uma cabeça de gado por cada companhia de soldados<sup>25</sup>.

### **A batalha de Alcácer Quibir**

Dia 4 de Agosto de 1578. O rei passou a noite acordado: “acompanhado de Cristóvão de Távora somente, andou pelo escuro visitando as estâncias do arraial”<sup>26</sup>. Excitação antes da batalha decisiva, mas procedimento que certamente incutiu confiança nos homens. Nessa noite, chegaram informadores<sup>27</sup> assegurando que o exército inimigo acampava perto da cidade de Alcácer Quibir. E dispunha de forças substanciais: cerca 100.000 cavalos e 25.000 atiradores. Números exagerados, mas que devem ter impressionado... os mais impressionáveis. Igualmente importante foi a notícia da grave enfermidade de Abd al-Malik, que

23 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 170.

24 *Jornada del-rey D. Sebastião a África/ Crónica D. Henrique*, Lisboa, INCM, 17978, p. 90.

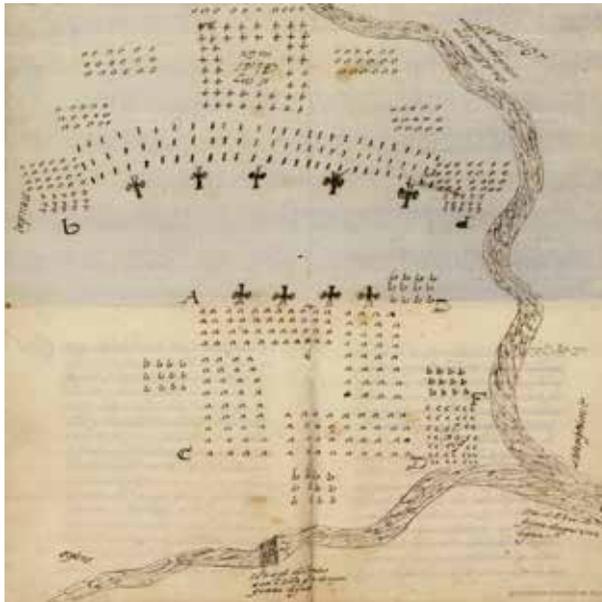
25 “...Anssi les dieron aquella noche por compailia un saco de biscocho y un buey, de los que tiraran los carros...”, Luís de Oxeda, in SIHM-Archives et bibliothèques de France, v.1, p. 599.

26 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 176.

27 “Três alcaides, em que veio um arrenegado português que se lá chamava o alcaide Mançor”, *idem*.

ameaçava minar a coesão do exército. Estas informações foram discutidas no último conselho e dramático conselho de guerra, que teve lugar logo pela manhã. Falou-se em evitar a batalha, o que provocou uma violenta reacção do rei. Mas era um facto que recusar batalha frente ao exército inimigo colocava um sério risco. D. Sebastião terá terminado o conselho com a frase, “porque a sua vinda não fora a tomar Larache nem a outra alguma coisa, senão a dar batalha ao Maluco”<sup>28</sup>. E o irrepreensível Francisco Aldana, em quem o rei depositava informalmente o cargo de sargento-mor do exército, terá apoiado esta decisão.

Ainda subsiste a dúvida sobre o local onde teve lugar a batalha. O mapa de frei Luís Nietto indica a direcção de Alcácer Quibir, ao longo do rio Lucus. Esta seria uma localização lógica: o acampamento protegido pelo rio, de onde o exército poderia facilmente sair e cortar o acesso à cidade. No outro local possível, junto da povoação de Suaken, existe uma *quba* que, de acordo com a tradição, assinala o local onde Abd al-Malik terá morrido<sup>29</sup>. As escavações de Luís César Montalbán, realizadas em torno do morabito em 1928<sup>30</sup>, confirmam a existência de uma necrópole. O relato dos cronistas também refere os acidentes topográficos que parecem confirmar que teria sido este o local do confronto<sup>31</sup>.



**Figura 4 - NIETO, frei Luis, *Relación de las guerras de Berbería y del suceso y muerte del Rey don Sebastián*, BNE, Ms 2860, fol 55**

28 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 181.

29 José María de Murga, *Recuerdos Marroquíes*, Madrid, Revista de Derecho Internacional y Política Exterior, 1906, p.152.

30 Francisco José Pérez Escribano, 2016.

31 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, pp. 187 e p. 191.



Figura 5 - Suaken e a “topetada de pouca subida” (foto Luís Costa e Sousa, 2015)



Figura 6 - As escavações de 1929 realizadas por Luís César Montalbán em torno da *qubat* que a tradição dá como o lugar da morte de Abd al-Malik (foto cortesia Mabel Montalban)



**Figura 7 - A qubat em Suaken (foto Luís Costa e Sousa, 2019)**

Pelas 9h.00 da manhã – “nas horas em que o sol começava de tomar força”<sup>32</sup>; o exército pôs-se em marcha. Ao fim de uma hora de caminhada, o exército sádida foi avistado formado frente a uma pequena colina. Eram cerca de 15.000 atiradores, dispostos em três linhas; na frente, intercalados por entre os soldados “andaluzes” e gazulas<sup>33</sup>, estavam cerca de 1000 arcabuzeiros a cavalo. O xarife encontrava-se na retaguarda, ocupando uma “praça com 40 passos em quadra”<sup>34</sup>, defendido pela sua guarda pessoal de 200 turcos e elches. A artilharia estava encoberta por “cobertas com ramos, pareciam montinhos de um mato baixo de tamargueiras, que há por aquele campo, de longo do rio”<sup>35</sup>; nos flancos da

32 *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 186. O exército começou a ser formado no início da manhã, depois do conselho de guerra, pelas 7.00h. Portanto teriam sido necessárias 2 horas para colocar as tropas em posição, o que parece um lapso de tempo razoável.

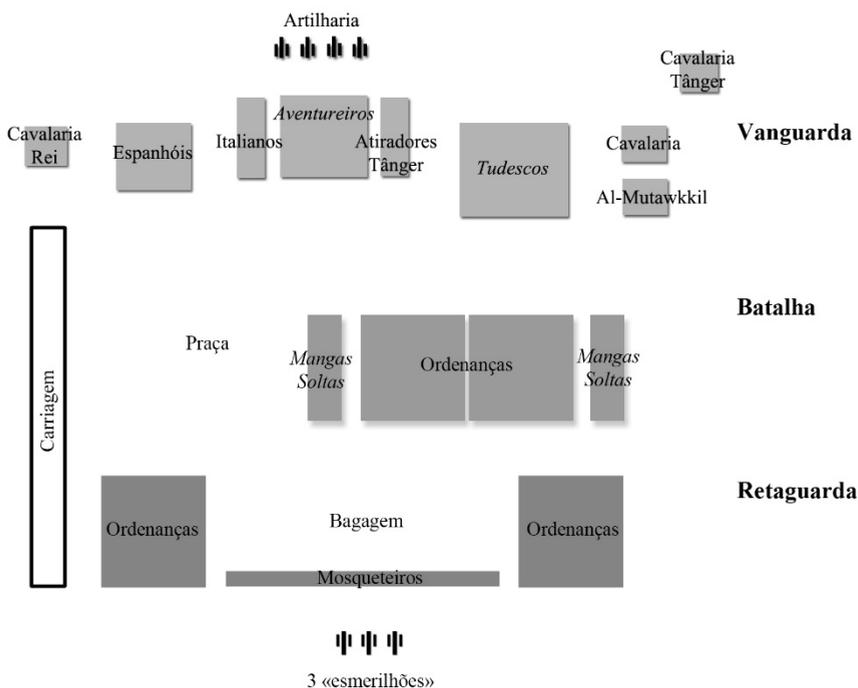
33 3.000 andaluzes, imigrados muçulmanos da Andalusia, Gazulas, soldados do sul de Marrocos, Azuagos, soldados da região do reino de Argel, e elches, convertidos cristãos ao Islão. Sobre o exército sádida, e as influências otomanas, v. SOUSA, Luís Costa, *Na outra margem de Alcácer Quibir*, *op. cit.*

34 *Jornada del-rei D. Sebastião a África/...*, *op. cit.*, p. 103.

35 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...* *op. cit.*, p. 192.

infantaria estavam cerca de 1.000 cavaleiros escolhidos<sup>36</sup>.

Enquanto o exército de D. Sebastião avançava, o grosso das tropas montadas, entre 10.000 a 20.000 cavaleiros, saiu por detrás da colina. Estavam fora do alcance das armas, e tinham a intenção de fechar o cerco. Pouco depois – frei Luís Nietto precisa ser “sur les unze heures et demie du matin”<sup>37</sup> –, os portugueses pararam a cerca de meio quilómetro do exército sávida<sup>38</sup>. Fazem-se os últimos ajustamentos no dispositivo, passando da ordem de marcha para a formatura de batalha; na frente do exército, os padres da companhia de Jesus dirigem-se aos soldados, que se ajoelham.



**Figura 8 - A ordem de batalha do exército português no dia 4 de Agosto (diagrama Luís Costa e Sousa/Francisco Lança)**

A massa compacta do exército cristão prepara-se para retomar a marcha. Depois de ajoelhar perante o crucifixo que o padre Valeraggio ergueu, os mais de 7.000 soldados dos “esquadrões” da vanguarda levantam-se, e começam a dirigir-se para o inimigo. Atrás, ainda se juntam as fileiras quando dispara a primeira

36 “...E a ambos os cornos da lua pôs em resguardo um esquadrão de três mil cavalos...”, *Jornada del-rei D. Sebastião a África...*, *op. cit.*, p. 96.

37 Frei Luís Nietto, *Histoire véritable des dernieres guerres advenues en Barbarie...*, in SIHM- Archives et bibliothèques de France, v.2, p.489

38 “Um quarto de meia légua”, Andrada, *op. cit.*

bombarda, seguida das restantes peças. É o sinal para dar início à batalha, ao modo dos otomanos: “la horden Turquesca”, nas palavras do capitão espanhol Luís de Oxeda<sup>39</sup>. Obedecendo à ordem, os cavaleiros que cercavam o exército atacam a retaguarda. Os portugueses são surpreendidos pela entrada em acção da artilharia, mas os projectéis não causam grandes baixas. Contudo, a consternação é grande entre os homens do grande “esquadrão” da segunda linha<sup>40</sup> – onde se encontravam os menos vocacionados para a guerra -, impressionados ao ver alguns dos companheiros desmembrados pelos “pelouros”.

Suspensa novamente a marcha, e desatrelados rapidamente os canhões, as primeiras peças são colocadas em posição. O rei regressa da retaguarda, onde já se combatia. Envia um mensageiro ao duque de Aveiro, no extremo oposto, para começar a avançar. Os minutos passam e, sem resposta, envia novo emissário<sup>41</sup>. Encorajados pela falta de iniciativa do inimigo, os “andaluzes e “gazulas” imitam as várias centenas de atiradores montados que já flagelam a vanguarda. Avançam, e começa então uma intensa troca de descargas entre os atiradores dos dois lados. São cerca de 5.000 ou 6.000 sápidas frente a 2.000 cristãos. Como relata um cronista, “esteve o negócio em um espaço igual<sup>42</sup>, porque a desproporção era compensada pelo facto de estarem aqui os soldados mais destros do exército de D. Sebastião: os mercenários alemães e italianos, os voluntários espanhóis e, sobretudo, meia centena de soldados veteranos do Norte de Africa.

Enquanto o rei aguarda notícias do duque, sem conseguir ver o que se passa porque o fumo dos disparos alastra por toda a frente, o duelo à distância produz baixas nos dois lados. Caem vários homens das fileiras da frente do exército cristão, mas o estrago no adversário também é notório. Um português descreve “como se revolviam” os soldados inimigos, ao serem atingidos, enquanto outro testemunhou a explosão de parte da pólvora da artilharia<sup>43</sup>. As peças sápidas disparam uma segunda salva. Ouvem-se clamores para que “se dê Santiago”. O rei é avisado que o coronel Álvaro Pires de Távora não consegue conter os soldados do “esquadrão dos aventureiros”, que já “baixavam os piques para arremeter”<sup>44</sup>.

39 Luís de Oxeda, *Relation de la bataille de El-Ksar El-Kebir*, in SIHM-Archives et bibliothèques de France, v.1, p. 603.

40 “... Dois terços juntos num esquadrão de vinte bandeiras, que tinha perto de cinco mil homens...”, *Crónica do xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 195.

41 “...Quando El-Rei deu o recado a Pero Peixoto para D. Duarte que fosse pegar nos mouros devagar...”, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, pp. 192-193.

42 *Jornada del-rei D. Sebastião a África/ ...*, *op. cit.*, p. 105.

43 *Relação da batalha de Alcaçer, que mandou hum cativo ao Doutor Paulo António*, in SIHM, Archives et bibliothèques de France, v.1, p. 656.

44 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 192.

Sem esperar mais, D. Sebastião carrega à frente dos 600 cavaleiros “acobertados” pelo lado esquerdo da vanguarda. Os aventureiros “arremeteram juntamente”<sup>45</sup>, e toda a vanguarda se põe em movimento, ainda que de “forma desigual”<sup>46</sup>: os cavaleiros do rei, muito bem armados e encavalgados “rompem”<sup>47</sup> rapidamente com grande fúria; os “aventureiros”, largam as pesadas “picas” – inúteis no combate corpo-a-corpo - e abrem caminho à espada<sup>48</sup>. No calor da investida, vendo que levam de vencida os inimigos, os soldados das cinco primeiras fileiras distanciaram-se dos companheiros<sup>49</sup>. Mais atrás, avançam os espanhóis e, ainda mais atrás, os alemães, que progridem lentamente por estarem pesadamente equipados com “meias armaduras”<sup>50</sup>. Os inimigos cedem terreno; nos pontos de contacto mais críticos, a retirada converte-se em debandada; a própria bagagem é assaltada pelos homens menos aguerridos, convencidos da derrota iminente<sup>51</sup>.

Surpreendido, Abd al-Malik tenta impedir o desastre que se avizinha. Ainda conseguiu montar a cavalo, mas caiu, inanimado. Acaba por morrer, vítima de alguma bala perdida, como afirma Miguel Leitão de Andrada<sup>52</sup>, ou vítima do envenenamento que o consumia durante a marcha desde a capital<sup>53</sup>. A poucos metros, os “aventureiros” assistem ao drama: “...vimos todos o rebuliço de sua morte, e levarem-no em braços...”<sup>54</sup>. O médico pessoal de Abd al-Malik, que acompanhou o *xarife* durante toda a jornada desde Marraquexe, testemunhou esta morte.

A perda do chefe supremo poderia ter selado a derrota do exército sávida. Mas a guerra é coisa fortuita, já o afirmava Vegécio, “os bons generais tentam sempre surpreender o inimigo e não enfrentá-lo em campo aberto, no qual existe um perigo para ambas as partes...”<sup>55</sup>. Assim como sorte das armas pendeu para os cristãos, em poucos minutos tudo mudou. Um “pelouro” atingiu Álvaro Pires de Távora, coronel dos aventureiros; ao ver o oficial caído, Pero Lopes, que o acompanhava, decide fazer retroceder os soldados. Erro crasso. Os “aventureiros”

---

45 *Idem*.

46 OXEDA, *op. cit.*, p. 608.

47 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 193.

48 Oxeda, *op. cit.*, p. 608.

49 “...Ya en este pirimer impetu y accometimiento, huvo de los de nuestra parte desorden, porque los fidalgos Portugueses aventureros, por querer por bizzarria aventajarse de los Castellanos en llegar primero a los enemigos, deshiçieron sus escjadrone...” Luís de Oxeda, *op. cit.*, pp. 607-609.

50 “... Toda a sua gente com cossoletes inteiros e celadas...” *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 193.

51 MENDONÇA, Jerónimo, *op. cit.*, v. 1, p. 69.

52 ANDRADA, Miguel Leitão, *Miscellanea*, Lisboa, INCM, 1993, p. 120.

53 *Lettre d'un médecin juif a son frère*, in SIHM, Archives et bibliothèques de Angleterre.

54 ANDRADA, *op. cit.*, p. 129.

55 *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, IUC, 2009, pp. 283-285.

das 5 primeiras fileiras, incrédulos, não compreendem a ordem de retirar, tão perto que estão da vitória: “fora coisa mui facil cortarem a cabeça a Mulei Maluco, e posta como determinavam em um alto pique”<sup>56</sup>. Porém, os soldados mais atrasados deste esquadrão obedecem. Como nos diz outro veterano da batalha, “se quebrou o esquadrão por detrás ... desamparando as cinco fileiras da dianteira”<sup>57</sup>. E estabelece-se a confusão.

Todos os testemunhos da batalha confirmam que “a qual retirada dos aventureiros foi a primeira causa do nosso desbarato e da vitória dos mouros, porque deu ânimo para voltar aos que viram fugir aquele terço”<sup>58</sup>. Juntando os vários depoimentos presenciais, nos quais se inclui a preciosa relação do médico de Abd al-Malik, podemos entender o que se passou no lapso de tempo que selou o resultado da batalha, que não terá chegado a 30 minutos. No centro, os “alcaides” conseguem esconder a morte do xarife, e à frente dos 200 ou 300 soldados turcos e elches da guarda pessoal, arrebanhados alguns dos cavaleiros que retiravam, arremetem<sup>59</sup> sobre os aventureiros hesitantes<sup>60</sup>. Este contra-ataque terá coincidido com a investida dos cavaleiros escolhidos que protegiam os flancos da infantaria sávida<sup>61</sup>, que carregam sobre os “acobertados” de D. Sebastião.

O resultado é catastrófico para a vanguarda dos cristãos. Sem o apoio da cavalaria do rei e pressionados pelos inimigos, as linhas mais recuadas dos aventureiros caem sobre os espanhóis que avançam; e esta massa confusa de soldados, aos quais se juntam os “tudescos” que também retiram, cai sobre o grande esquadrão da segunda linha<sup>62</sup>. Por duas vezes o rei leva de vencida os cavaleiros na sua frente – é o próprio médico de Abd al-Malik que o afirma<sup>63</sup> - mas estas *vitórias de pirro* não são suficientes para que os soldados da vanguarda consigam refazer as fileiras; tarefa, aliás, quase impossível em condições de combate, e em especial quando um exército é pressionado por todos os lados.

---

56 MENDONÇA, *op. cit.*, v.1, p. 70.

57 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p.195.

58 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p.195.

59 *Lettre d'un médecin juif*, *op. cit.*, pp. 317-318.

60 ANDRADA, *op. cit.*, p.133.

61 OXEDA, *op. cit.*, pp. 608-609.

62 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p.195.

63 *Lettre d'un médecin juif*, *op. cit.*, pp. 317.



**Figura 9 - O exército português em desordem, gravura de João Baptista, in Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea*, pp. 142-143**

Miguel Leitão de Andrada relata-nos o culminar da derrota dos aventureiros da frente, que ainda há poucos minutos tinham a vitória ao seu alcance: “... e já nesse tempo, que seria pelo meio-dia, era tudo desfeito, e acabado aldemenos em grande espaço ao redor donde me achava”<sup>64</sup>. Perdidos os aventureiros da dianteira, juntamente com as peças de artilharia, a iniciativa está, definitivamente, no lado dos sápidas. Remetido à defensiva, o exército de D. Sebastião será aniquilado durante as 4 horas que ainda duraram os combates. Depois de vencida a vanguarda, a segunda linha é desbaratada juntamente com a explosão apocalíptica das munições acondicionadas nas carretas<sup>65</sup>. A retaguarda será a última linha do exército a cair, e só com a morte de Francisco de Távora, coronel da gente do Algarve, os poucos sobreviventes deste *terço* – “homens de muito esforço”, nas palavras de um dos cronistas da batalha<sup>66</sup>- depõem, finalmente, as armas<sup>67</sup>.

A resistência encarniçada dos homens de Francisco de Távora deu tempo para o rei tentar a fuga. Porém, terá sido apanhado e morto quando os captores tentavam

64 ANDRADA, *op. cit.*, p. 139.

65 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 205.

66 CRUZ, frei Bernardo, *Crónica D'El-Rei D. Sebastião*, CRUZ, Lisboa, Escriptorio, 1903, v.2, p. 85.

67 *Idem*.

despojá-lo das armas<sup>68</sup>. A morte foi presenciada por Nuno de Mascarenhas ou por um dos moços de câmara do rei, Sebastião Resende<sup>69</sup>. O que é certo é que foi Resende que resgatou o cadáver, como vários fidalgos atestam, cuja chegada do corpo ao acampamento foi presenciada por Miguel Leitão de Andrada<sup>70</sup>.

## Conclusão

É sempre difícil introduzir inovações militares, sobretudo quando chocam com os “usos e costumes antigos”<sup>71</sup>. A colisão com os interesses instalados desde longa data foi especialmente notória quando se tratou de introduzir o sistema de recrutamento preconizado pelo “Regimento” de 1570. Ainda que este sistema nunca tenha substituído o anterior, o confronto com as prerrogativas das oligarquias, no que respeita ao recrutamento de homens pela mão de comissários régios, provocou fortíssimas resistências que dificultaram o processo organizativo. No âmago da batalha, também está presente a oposição entre aquela que se convencionou designar por “guerra guerreada” e a milícia moderna; a experiência de Marrocos, de pequenos confrontos em que se evitava um empenhamento total, era diferente de uma batalha campal, cuja acção decisiva implicava levar a arremetida na profundidade do dispositivo inimigo<sup>72</sup>, destinada a atingir o centro nevrálgico: “a cabeça do exército”. Mas, para lá das análises feitas *a posteriori*, - a tal “História às arrecuas” -, a batalha campal também dependia de factores fortuitos. Hoje diz-se que ganha quem comete menos erros; na altura, era Deus a decidir a sorte das armas.

---

68 *Jornada del-rei D. Sebastião a África/...*, *op. cit.*, p. 120-121 e MENDONÇA, *op. cit.*, v.1, p.102.

69 *Jornada del-rei D. Sebastião a África/...*, *op. cit.*, p. 120-121 e MENDONÇA, *op. cit.*, v.1, p.102.

70 ANDRADA, *op. cit.*, pp. 140-141.

71 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, *op. cit.*, p. 124.

72 “E bem cuida que o Capitão Pero Lopes, (se ele deu esta voz) a daria por ver que o nosso terço se tinha adiantado do corpo da batalha, e do nosso campo, o qual por ficar pelejando por todos os lados (porque nos obrigaram os inimigos a ser vanguarda) não pode adiantar-se tanto”. ANDRADA, *op. cit.*, p. 133.

## LUÍS COSTA E SOUSA

Licenciado em Arquitectura-reabilitação, Mestrado e Doutoramento em História dos Descobrimentos e Expansão. Investigador integrado do CHAM-Centro de Humanidades, dedica-se ao estudo da ligação entre a produção artística quinhentista com a escrita e prática de guerra em Portugal no século XVI, tema sobre o qual tem produzido vários livros, artigos e conferências. Foi IR do projecto De Re Militari. Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621) (PTDC/ART-HIS/32459/2017), e co-IR do projeto MOVING CITY - Cidades para a guerra: um exército europeu em Marrocos no século XVI (EXPL/HAR-HIS/1521/2021), financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



### **Como citar este texto:**

SOUSA, Luís Costa e – A batalha de Alcácer Quibir (novamente) revisitada. Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: O reinado de D. Sebastião, a “perda de independência” e o período Filipino. Lisboa. ISSN 2795-4323. Ano IV, nº 7 (Dezembro 2024), <https://doi.org/10.56092/REHC4849>